



**Um estudo sobre informações econômico-financeiras de natureza ambiental das organizações do setor de construção e transporte**

**Resumo:** A ligação das empresas com as questões ambientais estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano, pois os impactos de suas atividades estão comprometendo o futuro do planeta, fazendo com que todos os setores trabalhem em prol da responsabilidade ambiental, inclusive na área contábil, visando integrar dentro das organizações desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido a pesquisa teve por objetivo coletar dados econômico-financeiros de natureza ambiental, tendo como foco específico organizações do setor de construção e transporte de capital aberto que publicam suas demonstrações contábeis, por se tratarem de setores relativamente impactantes ao meio ambiente e a sociedade. Utilizou-se uma abordagem descritiva por meio da análise documental, com abordagem qualitativa dos dados, sendo possível cumprir os objetivos deste artigo. A pesquisa foi classificada como documental porque utilizou demonstrações financeiras anuais dos dois setores como fonte de dados para análise do período de 2012 a 2015, coletadas nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&F Bovespa. Os resultados encontrados permitem afirmar que, no período analisado, essas empresas divulgaram, predominantemente, informações de natureza ambiental no relatório da administração e nas notas explicativas. Não foi possível determinar um padrão de acréscimo ou decréscimo na divulgação dessas informações nas demonstrações nesse período, pois do ano de 2012 para 2013 houve um acréscimo de 9,52% de divulgações, mas do ano de 2013 para 2014 houve um decréscimo de 38,04% das informações divulgadas. Já no ano de 2014 para 2015 houve um acréscimo, de 19,3% no total dessas divulgações de natureza ambiental.

**Palavras-chave:** Informações ambientais; Setor de construção e transporte; Contabilidade ambiental.

**Linha Temática:** Demais Temas Relevantes em Contabilidade – Contabilidade Ambiental.



## 1. Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) foi a primeira grande reunião para tratar questões da degradação do meio ambiente. Esta conferência iniciou a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a redução da degradação ambiental, que junto com o Relatório de *Brundtland* (1987), lançaram as bases para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992. Neste período, surgiu a Agenda 21, um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambiental racional, conciliando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (United Nations, 1997). Diante do contexto, se espalhou no mundo a preocupação com a natureza e o desenvolvimento sustentável, cujo conceito de sustentabilidade seria o de buscar atender às necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras (Brundtland, 1987). O conceito de desenvolvimento sustentável também adentrou as empresas. Para Barbieri (2007), as empresas, além de gerar renda e riqueza, devem minimizar impactos ambientais, maximizar benefícios e contribuir para tornar a sociedade mais justa.

Na visão de Lopes (2015), já há em nível mundial, a conscientização de que praticamente todas as necessidades humanas são atendidas por produtos ou serviços, os quais cobram um preço da natureza. E como consequência, muitos governos têm estabelecido restrições para atividades que tragam impactos ao meio ambiente. Em razão disso, empresas precisariam incluir a preservação ambiental em suas práticas administrativas.

No interior desta conjuntura, a contabilidade voltada à sustentabilidade criou instrumentos de gestão para expor dados ambientais. Eugénio (2010) sugere que a contabilidade pode contribuir para o discurso ambiental investigando a veracidade da informação relatada, tendo a auditoria como pano de fundo. Entretanto, para a autora, essa área está ainda na infância quando comparada, a pesquisas sobre o mercado de ações e seus relatórios eminentemente financeiros. Assuntos de características qualitativas dos relatórios financeiros, e seus usuários, são questões que devem ser observadas, quando analisados sob a ótica da contabilidade como função social.

Este conceito de função social surge, na percepção de Hopwood & Miller (1994), da mudança na compreensão da contabilidade, a qual passou a ser considerada como uma prática social e institucional, intrínseca e constitutiva de aspectos sociais e institucionais. Para os autores, ela não deveria meramente apenas documentar e relatar "os fatos" da atividade econômica e sim um conjunto de práticas que afetam o contexto global da empresa, compreendendo à complexa interação entre formas de cálculo e formas de gestão da vida social e organizacional.

Entende-se que a responsabilidade socioambiental está inserida à contabilidade, uma vez que se encontram cada vez mais usuários da informação contábil preocupados com a relação das empresas e a natureza. Em especial, neste artigo, analisam-se as empresas do setor de transporte e construção, por serem áreas consideradas como essenciais ao desenvolvimento sustentável, por possuírem alto impacto ambiental.

Para Colville, Hutchinson, & Mindell, 2001 (2001), as emissões de gases dos transportes foram parcialmente responsáveis pela deposição ácida, pelo esgotamento do ozônio estratosférico e a mudança climática dos últimos anos, diminuindo a qualidade do ar. O setor de construção também é relevante, pois dos recursos extraídos da terra, 60% são consumidos nos edifícios, o que tem aumentado o uso de sistemas construtivos ecologicamente apropriados, assim como de materiais ecologicamente corretos (CIMINO, 2002). Segundo Letra (2015), dados da Conferência do Clima da ONU de 2015, apontam que



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

o setor de transportes contribui com 25% das emissões de gases no mundo. E o setor de construções, segundo o economista e mestre em tecnologia ambiental Elcio Carelli, 60% do total de resíduos produzidos nas cidades brasileiras possui origem na construção civil.

Diante do exposto até o presente momento, a pesquisa busca responder ao seguinte problema: **Como são apresentadas as informações ambientais divulgadas nas demonstrações financeiras padronizadas anuais das empresas do setor de construção e transporte nos período de 2012 a 2015?**

Para responder a questão descrita acima, a pesquisa tem por objetivo analisar a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental, tendo como foco empresas do setor de construção e transporte, as quais publicam suas demonstrações contábeis, coletadas nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&F Bovespa, no período de 2012 a 2015. Dessa forma, espera-se verificar a evolução e o comportamento da divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras padronizadas (DFPs).

O trabalho justifica-se pela importância do levantamento das questões ambientais na área contábil, que se apresentam como um tema contemporâneo, estando presente na agenda de governos e organizações não governamentais, ainda pelo motivo de que provocam impacto direto nas atividades empresariais, podendo redefinir a forma pela qual as organizações planejam seu desenvolvimento, impondo limites sobre a utilização de recursos naturais e a qualidade de vida dos colaboradores, tendo como pano de fundo os impactos gerados nas comunidades em seu entorno. Nesse aspecto os relatórios contábeis com teor ambiental publicados pelas empresas do setor de construção e transporte, são de fundamental importância para análise de sua evolução no decorrer dos anos, por ser um tema cada vez mais relevante à sociedade.

## 2. Revisão da Literatura

Durante a definição da Agenda 21, foram reconhecidas as necessidades de se implementar um adequado sistema de gestão ambiental para atividades sociais e econômicas em todos os setores. No setor de construção, uma das propostas de solução para seus problemas, foi a reciclagem dos resíduos sólidos, o qual a construção civil tem um grande potencial de utilização desses resíduos, uma vez que ela chega a consumir até 75% de recursos naturais (John, 2000; Levy, 1997; Pinto, 1999 apud Ângulo, Zordan, & John, 2001).

Conforme Araújo (2008), o conceito de moderna construção sustentável baseia-se no desenvolvimento de um modelo que proponha soluções aos principais problemas ambientais da época, sem renunciar à moderna tecnologia e à criação de edificações que atendam as necessidades de seus usuários.

Já no âmbito do transporte segundo Borges, Rocha, Benachio, & Ferreira (2010), também se busca meios de tornar o transporte menos impactante, como a redução da poluição ambiental e sonora, combustíveis alternativos; mobilidade urbana sustentável e novos modos de transporte público. Para Silva, Rodrigues, & Abreu (2007), é necessário compreender a ideia de um transporte baseado nos aspectos do *triple bottomline* –econômico, social e ambiental, de forma integrada.

Diante da importância dos impactos dos diferentes setores no meio ambiente e da necessidade em se publicar informações de natureza ambiental, a contabilidade criou relatórios que sintetizam e disponibilizam informações socioambientais, uma importante ferramenta para tomadas de decisões nas empresas e para os *stakeholders*(Oliveira, 2005).

Para Paiva (2006), a Contabilidade por ter como objeto o patrimônio, precisa registrar e prestar informações dos fatos referentes ao meio ambiente, tendo em vista que esse patrimônio é interesse de todos. Nesse sentido, tem que se desdobrar em mais uma



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

ramificação: a Contabilidade Ambiental. A Contabilidade Ambiental surge para auferir resultados das atividades das empresas que se relacionam com o meio ambiente, juntamente com uma gestão ambiental, incrementando soluções para facilitar o planejamento estratégico de políticas que visam o desenvolvimento sustentável (Martendal & Alair, 2011).

A contabilidade ambiental está tomando corpo no mundo todo, e essa prestação de contas dos gastos com o meio ambiente se torna presente nas demonstrações contábeis das empresas, expondo suas práticas ambientais. Conforme Kraemer (2005), existem recomendações para tornar público as interações com o meio ambiente das organizações, demonstrando empenho em melhorar a qualidade ambiental do planeta.

Balanco Social, Relatório de Sustentabilidade Empresarial, e Relatório Social-Ambiental são alguns nomes utilizados pelas empresas, especialistas e acadêmicos para designar o material informativo sobre a situação ambiental das empresas (Oliveira, 2005). O Balanco Social, para Nascimento, da Cunha Lemos, & Mello (2009), tem sua origem na contabilidade, e demonstra a mudança para a visão moderna das organizações, incorporando a responsabilidade social junto com os lucros, pois estrategicamente ações socioambientais são vistas pelo mercado como uma forma inovadora de se diferenciar das demais empresas.

Quando se analisa relatório econômico-financeiros, suas informações ambientais podem apresentar papéis opostos. Trabalhos sobre evidência voluntária (Clarkson, Li, Richardson, & Vasvari, 2008; Deegan & Rankin, 1997), constataram que informações ambientais divulgadas, apresentaram uma associação positiva entre performance ambiental e o nível de evidência ambiental discricionária. Contudo, pesquisas baseadas nas teorias de natureza sócio-política, como teoria da legitimidade, teoria da política econômica e teoria do *stakeholder*, concluíram que, quanto maior o nível de evidência de informações ambientais, pior a performance da empresa (Patten, 2002; Wiseman, 1982; Ingram & Frazier, 1980).

Pesquisa de Oliveira (2005) sobre os Balanços Sociais das 500 maiores empresas S.A. não financeiras do Brasil em 2001 mostraram que quanto maior a empresa mais se publicam balanços sociais. Notou-se também que essas divulgavam balanços sociais em número similares às maiores empresas internacionais. As que mais publicavam estavam nos setores de petróleo, eletricidade e gás. Já nos setores de construção e transporte era modesta, com 20 empresas cada, somente uma empresa de cada publicava balanço social em 2001.

Segundo Oliveira, Campos, Sehnem, & Rossetto (2013), em nível mundial, o Brasil ocupou o terceiro lugar em número de publicações ambientais no ano de 2008, com 67 relatórios.

Kreuze, Newell, & Newell (1996), analisando relatórios e contas de 645 empresas no mundo, concluiu que a maioria das empresas não incluía informações relacionadas com suas políticas ambientais. Estudos de Larrinaga, Carrasco, Correa, Llena, & Moneva (2002) e (Bartolomeo, Bennett, Bouma, Heydkamp, James, & Wolters (2000), retiram conclusões idênticas. Larrinaga et al. (2002) concluíram que apesar de se notar um aumento na divulgação de informação ambiental, das empresas espanholas, essa percentagem é ainda baixa. O autor defende ainda a necessidade de legislação nesta área.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou a Resolução de nº 1003/04 de 19 de agosto de 2004, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que entrou em vigor em 2006. As Normas e Procedimentos de Auditoria (NPA) 11 – Balanço e Ecologia aprovados em 1996, com o objetivo de relacionar a contabilidade e o meio ambiente. Desta forma as empresas eram chamadas a participar nos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à vida humana e à natureza (Eugénio, 2010)

Atualmente há uma tentativa de integração global através da *Global Reporting Initiative* – GRI, que tenta difundir a importância de publicar balanços sociais e uma



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

padronização que eles devem ter para que sejam de utilidade aos diferentes *stakeholders*. Estudos de Jacomossi, Casagrande, & Reis(2014), sobre o Isomorfismo nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas brasileiras que compõem o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), mostram que houve adoção do GRI por todas as empresas pesquisadas, e gradativamente, percebeu-se uniformidade nos critérios de divulgação econômica, social e ambiental das empresas que compõem o DJSI. E também observou que a empresa Petrobrás, do setor de petróleo, teve um comportamento de vanguarda na divulgação de suas práticas voltadas a sustentabilidade.

Luzia & Reis(2016), em uma análise sobre informações ambientais das empresas do setor de utilidade pública brasileiras, verificaram que o setor de energia elétrica situa-se na vanguarda desse tipo de divulgação, enquanto que os setores de água, saneamento e gás possuem uma divulgação ambiental restrita às notas explicativas e relatórios da administração. Para Silva et al.(2007) o Relatório da Administração é um relatório narrativo, onde as organizações possuem certa liberdade de expor dados, e por isto, não faz parte das demonstrações financeiras, mas há exigência legal para a apresentação desse relatório, no qual deve evidenciar denominados negócios sociais e principais fatos administrativos.

Diante desse cenário a contabilidade entendida como meio de fornecer informações, deve buscar responder esse novo desafio, atendendo usuários interessados na atuação das empresas no meio ambiente, auxiliando as tomadas de decisões, exercendo a responsabilidade social e ambiental (Tinoco & Kraemer, 2008).

### 3. Aspectos Metodológicos

O artigo caracteriza-se como descritivo e foi utilizadas técnicas de análise documental, com abordagem qualitativa. As expressões descritiva e qualitativa decorrem do fato que se buscou descrever e analisar informações ambientais disponíveis nas demonstrações financeiras padronizadas (DFPs) anuais das empresas do setor de construção e transporte.

A pesquisa foi documental porque se utilizaram tais demonstrações como fonte de dados para análise do período de 2012 a 2015, coletadas nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&F Bovespa.

No que se refere a metodologia com abordagens qualitativas de pesquisa e caracterizada pelo tratamento de dados descritivos, permite compreender em detalhes problemas levantados, Martins (2004) destaca o exame intensivo dos dados descritivos, sendo um método que desafia o pesquisador a abordar de forma mais completa o objeto de estudo.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis sendo de grande valia para a contabilidade, visto que buscam esclarecer aspectos comuns e características de determinadas populações (Raupp & Beuren, 2006)

De acordo com Bardin (2011) a técnica de análise documental tem objetivo dar forma e representar de outro modo a informação contida nos documentos originais, por intermédio de procedimentos de transformação. Segundo Calado & Ferreira (2004), a técnica se justifica pela utilização de documentos de fácil acesso para consulta, para comprovação de algo, ou para a identificação de ocorrências em que o pesquisador não pôde observar ou assistir.

A população da pesquisa compreendeu as empresas S.A. listadas na BM&F Bovespa, nos setores de transporte e construção. A amostra seria composta por 12 empresas de transporte e 18 empresas de construção, porém as empresas “Cosan Logística S.A.” e “Trevisa Investimentos S.A.” foram excluídas por serem empresas que tem como atividade principal “Administração de empresas”, fugindo do objetivo principal da pesquisa, e também foi excluída a empresa “TGLT S.A.” por ser Argentina e seus relatórios estarem em outro idioma. Desta forma, a amostra final da pesquisa foi composta por 10 empresas de transporte



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

e 17 empresas de construção. A coleta dos dados ocorreu nos meses de Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017.

A coleta de dados foi feita através do levantamento de palavras-chave, e realizada nos demonstrações contábeis publicadas pelas empresas e disponibilizadas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa.

Por apresentarem relação com as questões do meio ambiente, foram selecionados os seguintes termos: ambiental, meio ambiente, preservação e recursos naturais.

Nos documentos que integram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), foram consultadas as seguintes demonstrações: demonstração de resultado do exercício, balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado, demonstração do resultado abrangente, relatório da administração, notas explicativas e parecer dos auditores, no período de 2012 a 2015.

#### 4. Apresentação e Análise dos dados

Considerando os termos objeto da pesquisa, cada um deles foi analisado individualmente, procedendo-se a pesquisa por setores e por ano de publicação das referidas demonstrações financeiras. Dessa forma, as tabelas apresentadas a seguir resumem os dados coletados em 17 empresas do segmento de Construção, em relação ao termo “ambiental”:

**Tabela 1 – Setor de Construção x Termo Ambiental**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	10	6		2
Notas Explicativas	12	14	13	14
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>13</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 1, apresenta a análise do termo “ambiental”, no setor de construção, verificou-se uma maior ocorrência no ano de 2012, com 22 sentenças, 10 destas no Relatório da Administração e 12 nas notas explicativas. O segundo ano com maior ocorrência foi em 2015.

Em contrapartida, as evidenciações do termo ambiental no ano de 2014 foram as que obtiveram menor número no período analisado, sendo apenas 13 sentenças evidenciadas.

**Tabela 2 – Setor de Construção x Termo Meio Ambiente**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	6	8	3	1
Notas Explicativas	4	1	1	1



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 2 apresenta a análise do termo “meio ambiente”, no mesmo segmento. Observou-se que teve a maior ocorrência deste termo também em 2012. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 os números de evidenciações caíram gradativamente.

**Tabela 3 – Setor de Construção x Termo Preservação**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	7	4		4
Notas Explicativas	4	1	1	2
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 3 apresenta a análise do termo “preservação”, o qual também teve maior incidência do ano de 2012, com o total de 11 sentenças, sendo 7 no relatório da administração e 4 nas notas explicativas. O segundo ano com maior ocorrência é 2015 com 6 sentenças. O ano de 2014 apresentou apenas 1 sentença.

**Tabela 4 – Setor de Construção x Termo Recursos Naturais**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	3	2	2	
Notas Explicativas	1			
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 4 apresenta a análise do termo “Recursos Naturais”, os anos de 2013 e 2014 apresentaram 2 sentenças cada. E observa-se que o ano de 2012 obteve o maior número de sentenças, nos 4 termos analisados desse setor.

Na sequência, são apresentadas as informações dos dados coletados em 10 empresas do segmento de Transporte:

**Tabela 5 – Setor de Transporte x Termo Ambiental**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	6	11	4	2
Notas Explicativas	11	12	10	12
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 5 apresenta a análise do termo “ambiental”, que teve maior ocorrência no ano de 2013 com 23 sentenças, sendo 11 no relatório da administração e 12 nas notas explicativas. Nos anos de 2014 e 2015 foram encontradas em ambos 14 sentenças. No ano de 2012 encontraram-se a ocorrência de 17 evidenciações, com prevalência nas notas explicativas.

**Tabela 6 – Setor de Transporte x Termo Meio Ambiente**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	11	22	15	13
Notas Explicativas	8	7	6	14
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>19</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>27</b>

Fonte: Elaboração dos autores

Observou-se que, no ano de 2013 houve o maior número de evidenciações, sendo 22 no relatório da administração, 7 nas notas explicativas, totalizando 29. Seguido por 2015, com 27 sentenças. Os anos de 2012 e 2014 apresentaram 19 e 21 sentenças cada, respectivamente.

Na sequência, nas tabelas 7 e 8, apresentam-se as análises dos termos “preservação” e “recursos naturais”, com poucas evidenciações no total, conforme visto a seguir:

**Tabela 7 – Setor de Transporte x Termo Preservação**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração		1	2	2
Notas Explicativas				
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 7 apresenta a análise do termo “preservação”, com maior número de ocorrências em 2014 e 2015, com 2 sentenças cada. O ano de 2013 apresentou apenas 1



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

sentença. Todas as sentenças encontradas ocorreram no relatório da administração. No ano de 2012 não foi encontrada nenhuma ocorrência.

**Tabela 8 – Setor de Transporte x Termo Recursos Naturais**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015
DRE				
B.P				
DMPL				
DVA				
DRA				
Relatório da Administração	1	3		1
Notas Explicativas				
Parecer dos Auditores				
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>1</b>	<b>3</b>		<b>1</b>

Fonte: Elaboração dos autores

Nota-se que na tabela 8, apurou-se nos anos de 2012 e 2015 apenas a ocorrência de 1 sentença cada. O ano com maior número de sentenças encontradas foi no ano de 2013, com 3 evidenciações. O termo aparece exclusivamente no relatório da administração. No ano de 2014, não foi encontrada nenhuma sentença.

De forma complementar, foi elaborado um resumo das divulgações de natureza ambiental, consolidando-se os termos “ambiental”, “meio-ambiente”, “preservação” e “recursos naturais”, por ano e por demonstração de todas as empresas, conforme a tabela 9:

**Tabela 9 – Informações Ambientais por ano e por demonstração financeira**

Demonstrações	2012	2013	2014	2015	TOTAL
DRE					0
B.P					0
DMPL					0
DVA					0
DRA					0
Relatório da Administração	44	57	26	25	152
Notas Explicativas	40	35	31	43	149
Parecer dos Auditores					0
<b>Total de Evidenciações</b>	<b>84</b>	<b>92</b>	<b>57</b>	<b>68</b>	<b>301</b>

Fonte: Elaboração dos autores

Por fim, na tabela 9 uniu-se os dois segmentos, transporte e construção, consolidando-se um total de 152 sentenças encontradas no relatório da administração e 149 ocorrências nas notas explicativas. Nota-se que em todas as empresas analisadas, as sentenças encontradas ocorreram exclusivamente no relatório da administração e nas notas explicativas.

Quando comparado com o estudo de Luzia & Reis (2016), apesar da diferença em relação ao setor estudado, que era sobre empresas do setor de utilidade pública, é possível constatar que em ambos o principal meio de divulgação é por meio do Relatório da Administração; nos dois também se constatou um elevado número dos termos de natureza ambiental nas notas explicativas. Diferentemente do estudo anteriormente publicado, não foram encontradas menções em outras demonstrações, tais como o Balanço Patrimonial.

Por intermédio do presente artigo foi possível verificar uma evolução em relação a pesquisa de Oliveira (2005), o qual apenas 1 empresa de cada um dos setores de construção e



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

transporte, em 2001, apresentavam publicações de balanços sociais as quais continham informações ambientais, dentre as 20 que existia em cada setor. Na coleta de dados do presente artigo foi possível verificar que das 17 empresas do setor de construção apenas 4 não mencionaram nenhum termo de natureza ambiental, e das 10 empresas do setor de transporte apenas 1 não mencionou nenhum dos termos, ou seja um percentual que era de 5% em cada setor em 2001, elevou-se para 85% no setor de construção e 90% no setor de transporte.

Não foi possível determinar um padrão de acréscimo ou decréscimo na divulgação de informações ambientais nas demonstrações financeiras no período analisado, pois do ano de 2012 para 2013 houve um acréscimo de 9,52% de divulgações, mas do ano de 2013 para 2014 houve um decréscimo de 38,04%. Já do ano de 2014 para 2015 houve novo acréscimo, de 19,3%. Tal variação pode ser considerada normal, tendo em vista as especificidades e variações nos fatos divulgados pelas empresas. Estes resultados estão em conformidade com os encontrados por Luzia & Reis(2016), que também encontraram tais variações, o que demonstra não haver uma regularidade na divulgação de informações relacionadas à área ambiental, seja no setor de utilidade pública, seja no setor de transporte e construção.

## 5. Conclusões

O presente artigo teve por objetivo analisar a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental, tendo como foco organizações que divulgam tais informações do setor de construção e transporte e que publicam suas demonstrações.

Os resultados apontaram que ambos os setores ainda possuem poucas informações ambientais quando comparados a outros setores e a sua importância em relação ao meio ambiente conclui-se também que possuem uma divulgação ambiental restrita às notas explicativas e relatórios da administração. Não foram encontradas quaisquer menções aos termos ambientais nas demais demonstrações, como o Balanço Patrimonial ou Demonstração de Resultados.

As informações nas demonstrações financeiras, de caráter ambiental, publicadas pelo setor de construção são encontradas em sua maioria nas notas explicativas, demonstração contábil que tem como objetivo revelar informações que não são capazes de ser expressas no corpo da demonstração por conta de sua natureza, geralmente não quantitativa, além de expandirem informações sobre fatos ocorridos e que de certa forma podem impactar na avaliação da companhia, ou seja cada vez mais nas notas explicativas estão se apresentando dados relevantes aos usuários.

Já no setor de transporte a demonstração que mais apresentou divulgação de termos de natureza ambiental foi o Relatório de Administração, que é uma demonstração financeira obrigatória, mas de natureza narrativa, sendo que usualmente pode apresentar informações com viés, uma vez que apresenta a visão dos administradores a respeito dos negócios da empresa.

Destaca-se no setor de construção a empresa “MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.” como sendo a companhia que mais apresentou informações de caráter ambiental, de acordo com a análise. Já no setor de transporte pode-se destacar a empresa “MRS LOGISTICA S.A.” sendo a que mais apresentou informações de práticas ambientais entre todas as empresas pesquisadas.

A divulgação dos impactos que as organizações causam ou podem causar ao meio-ambiente, seja por intermédio de relatórios obrigatórios, como as demonstrações financeiras objeto deste estudo, ou por intermédio de divulgações voluntárias, constituem-se em um campo de estudo vasto, que deve ser explorado pelas pesquisas na área de contabilidade.

Como sugestões para estudos futuros, recomendam-se pesquisas que tenham por objeto outros setores de atividade, além do pesquisado neste artigo, bem como uma comparação



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

entre setores de diferentes países, visando observar se as legislações nacionais podem influenciar no nível de divulgação de informações de natureza ambiental.

### Referências

Ângulo, S., Zordan, S., & John, V. (2001). Desenvolvimento sustentável e a reciclagem de resíduos na construção civil. *São Paulo: SP*.

Araújo, M. (2008). A moderna construção sustentável. *IDHEA-Instituto Para O Desenvolvimento Da*. Recuperado em 12 janeiro, 2017 de <http://www.academia.edu/download/30508580/moderna.pdf>

Barbieri, J. C. (2007). *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos* (2a ed.). São Paulo: Saraiva.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70, p. 280. São Paulo: SP

Bartolomeo, M., Bennett, M., Bouma, J. J., Heydkamp, P., James, P., & Wolters, T. (2000). Environmental management accounting in Europe: current practice and future potential. *European Accounting Review*, 9(1), 31–52. <https://doi.org/10.1080/096381800407932>

Borges, A. A. da S., Rocha, E. V., Benachio, M. V., & Ferreira, W. R. (2010). Impactos Ambientais no Setor de Transporte. *Revista de Magistro de Filosofia*.

Brundtland, G. H. (1987). Our Common Future: The World Commission on Environment and Development. *Oxford University Press. New York*.

Calado, S., & Ferreira, S. (2004). Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. *Disciplina Metodologia Da Investigação I–Mestrado em Educação*.

CIMINO, M. (2002). Construção sustentável e eco-eficiência. *Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina*.

Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4–5), 303–327.

Colvile, R., Hutchinson, E., & Mindell, J. (2001). The transport sector as a source of air pollution. *Atmospheric Environment*.

Deegan, C., & Rankin, M. (1997). The materiality of environmental information to users of annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.

Eugénio, T. (2010). Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, 6(1–3).

Hopwood, A. G., & Miller, P. (1994). *Accounting as social and institutional practice*. Cambridge University Press.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

- Ingram, R. W., & Frazier, K. B. (1980). Environmental Performance and Corporate Disclosure. *Journal of Accounting Research*, 18(2), 614–622.
- Jacomossi, F. A., Casagrande, R. M., & Reis, L. G. (2014). O Isomorfismo nos Relatórios de Sustentabilidade: uma análise das empresas brasileiras que compõem o Dow Jones Sustainability Index. São Paulo: ENGEMA, FEA-USP, 16. Anais.
- Kraemer, M. (2005). Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. *Revista Pensar Contábil*, ano 8(8–10), 16–41.
- Kreuze, J., Newell, G., & Newell, S. (1996). Environmental disclosures: What companies are reporting. *Strategic Finance*, 78(1), 37.
- Larrinaga, C., Carrasco, F., Correa, C., Llena, F., & Moneva, J. (2002). Accountability and accounting regulation: the case of the Spanish environmental disclosure standard. *European Accounting Review*, 11(4), 723–740.
- Letra, L. (2015). Setor de transportes contribui com 25% das emissões de gases no mundo - Notícias - Meio Ambiente. Recuperado em 27 fevereiro, 2017 de <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/12/03/setor-de-transportes-contribui-com-25-das-emissoes-de-gases-no-mundo.htm>
- Lopes, M. D. (2015). Responsabilidade Ambiental das Empresas. *Revista Ius Gentium*, 183–201.
- Luzia, A. dos S., & Reis, L. G. (2016). Informações ambientais e demonstrações contábeis: o que divulgam as empresas de utilidade pública brasileiras? (pp. 1–13). Fortaleza: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 20. Anais Conselho Federal de Contabilidade.
- Martendal, A., & Alair. (2011). Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis, 32(1).
- Martins, H. H. T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa Sociologia — Metodologia qualitativa — Pesquisa sociológica. *Educação E Pesquisa*, 30(2), 287–298.
- Nascimento, L., da Cunha Lemos, Â. D., & Mello, M. C. A. de. (2009). *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: RS: Bookman Editora.
- Oliveira, M. de A. S., Campos, L. M. de S., Sehnem, S., & Rossetto, A. M. (2013). Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros Palavras-chave. *Production Journal*, 23(4), 55–70.
- Oliveira, J. A. P. de. (2005). Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. *RAE-Eletrônica*, 4(1), 1–19. Recuperado em 26 fevereiro, 2017 de



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf>

Paiva, P. R. de. (2006). *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: SP: Atlas.

Patten, D. M. (2002). The relation between environmental performance and environmental disclosure: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 27(8), 763–773.

Raupp, F., & Beuren, I. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: *Beuren, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática* (3rd ed., Vol. 3). Atlas.

Redação AECweb. (2016). Os verdadeiros impactos da construção civil |. Recuperado em 27 fevereiro, 2017 de [https://www.aecweb.com.br/cont/n/os-verdadeiros-impactos-da-construcao-civil\\_2206](https://www.aecweb.com.br/cont/n/os-verdadeiros-impactos-da-construcao-civil_2206)

Silva, C. A. T., Rodrigues, F. F., & Abreu, R. L. (2007). Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. *Revista Administração Contemporânea*, 11(2), 71–92.

Silva, P. da, & Bastos, C. (2011). Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem em construção no transporte público. *InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente E Sustentabilidade*, 2(4).

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2008). *Contabilidade e Gestão Ambiental* (2nd ed.). São Paulo: SP: Atlas.

United Nations. (1997). UN Conference on Environment and Development. Recuperado em 13 janeiro, 2017 de <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>

Wiseman, J. (1982). An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, 7(1), 53–63.